

## OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E O CONTINENTE AFRICANO: UMA ANÁLISE SOBRE O COMÉRCIO DE ESCRAVOS NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

*Marlon Henrique Aramor<sup>1</sup>*

**Resumo:** A nossa pesquisa possui dois objetivos. O Primeiro objetivo de nosso trabalho é modesto, o segundo é ambicioso. O objetivo modesto será percorrer alguns caminhos conceituais para compreendermos a lógica estrutural da acumulação e expansão financeira do capitalismo histórico. O objetivo ambicioso será, por algumas vezes, desviar de nosso itinerário por atalhos da economia de mercado dos séculos da dominação do comércio escravagista africano em relação à economia-mundo. Nesses longos séculos, a apropriação impelida ao continente africano desempenhou diferentes formas de dominação por entre os ciclos de acumulação do capital, destinando os excedentes da espoliação das produções mercantis do tráfico de escravos, dessas terras longínquas, aos grandes centros do sistema hegemônico de cada época. Nesse contexto, a estrada que nos conduz pelos ciclos sistêmicos de acumulação de capital parece ser pavimentada com a inserção do continente africano na economia mundo capitalista. Mas, principalmente, gostaríamos de percorrer os caminhos sobre as grandes correntes da evolução histórica que conduziu a África até meados do século XIX, no bojo do moderno sistema-mundo capitalista, segundo a tese de que o tráfico de escravos foi tanto consequência quanto elemento chave da edificação da economia capitalista, iniciada em 1450, pelos europeus.

**Palavras-chave:** Ciclo sistêmico de acumulação, Tráfico de escravos, África.

**Abstract:** Our research has two objectives. The first objective of our work is modest, the second is ambitious. The modest goal will be to go through some conceptual paths for what is a structural logic of the accumulation and financial expansion of historical capitalism. The ambitious objective will be, on some occasions, our itinerary through shortcuts of the market economy of the centuries of the domination of the African trade in relation to the world-economy. In these years, the appropriation of the African continent has played different forms of domination among the cycles of accumulation of capital, allocating surpluses of the plunder of mercantile productions of the slave trade, such as the great centers of the hegemonic system of each epoch. In this context, the road that leads us through systemic cycles of capital accumulation seems to be paved with an insertion of the African continent into the capitalist world economy. But most welcome to walk the paths of how the great currents of historical evolution that led to Africa until the mid-nineteenth century, in the midst of the modern capitalist world-system, according to a complaint of slave traffic was as consistent as element capitalist economy, begun in 1450, by Europeans.

**Key-words:** Systemic cycle of accumulation, Slave trade, Africa.

### 1. INTRODUÇÃO

*O que faz andar a estrada?  
É o sonho.  
Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva.  
É para isso que servem os caminhos,  
para nos fazerem parentes do futuro.  
(Mia Couto)*

---

<sup>1</sup> Marlon Henrique Aramor é bacharel e licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – UNESP Marília. O presente trabalho foi orientado pela Profa. Dra. Rosângela de Lima Vieira. Contato: [marlon\\_ha@hotmail.com](mailto:marlon_ha@hotmail.com).

A noção de ciclos sistêmicos de acumulação empreendida por Arrighi (1996) pretende lançar luz sobre as zonas de sombra do capitalismo mundial, sem a qual é impensável compreender o “segredo da geração do lucro” que permitiu a expansão desimpedida e sistêmica do capitalismo nesses últimos seis séculos. Esse caminho através dos ciclos de acumulação pretende nos dizer sobre a confluência de megaestruturas, não apenas dos donos do dinheiro, mas desses com os donos do poder político estatal (ARRIGHI, 1996, p. 25). Esse percurso uma vez iluminado, é claro, deixa muitas sombras sobre diversos caminhos: como a relação capital-trabalho, centro-periferia, cuja exploração da força de trabalho em relação à dinâmica da produção gera a luta de classes (Marx). Todavia, não podemos excursionar por todas as trilhas ou tomar atalhos ao mesmo tempo, uma vez que já temos a nossa rota traçada. Os projetos de muitas gerações de historiadores e economistas já exploraram de modo bastante exaustivo os caminhos da geração do lucro na fase industrial do capitalismo, assim como as “leis do mercado” analisadas pelos economistas já apontaram para a divisão da produção em centro e periferia. Mas, é segundo Arrighi (1996), à luz do pensamento de Braudel, que somos convidados a percorrer as largas avenidas do “antimercado”, “onde se afirma que estão escondidos os grandes segredos da *longue durée* do capitalismo histórico” (Braudel apud Arrighi, 1996, p. 26).

Nessa dinâmica, a inserção da África em uma economia verdadeiramente mundial a qual integrava diversas regiões do mundo em um sistema mercantilista, iniciada em 1450 pelos europeus, pavimentava dois caminhos a se percorrer: o dos ciclos de acumulação de capital pelos Estados hegemônicos e o lucrativo tráfico de escravos africanos. Tanto um quanto o outro é a estrada comum do percurso espantoso da História – convencidos que o colonialismo e a integração ao sistema capitalista mundial representavam as condições necessárias para a modernização e a satisfação de todas as necessidades em uma economia de mercado equilibrada – que contraditoriamente ao que anunciava o imperialismo europeu para os povos africanos, ressalta Ajayip (2010, p. 907), ao longo desses séculos, constituiu em diferentes formas de dominação e exploração da África.

## 2. OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E A SUA DINÂMICA

Arrighi, juntamente com Wallerstein e Braudel, se esforçaram para compreender o desenvolvimento do capitalismo histórico através de uma interpretação de estruturas de longa duração. É possível encontrar na formação e expansão do capitalismo histórico padrões de repetição em uma dinâmica com continuidades de estruturas e de relações seguidas de descontinuidades, mas dentro de um mesmo processo – daí a longa duração – que abarca todo o curso do capitalismo histórico como sistema-mundo (ARRIGHI, 1996, p.4).

### 2.1 O MODERNO SISTEMA-MUNDO: CAPITAL E ESTADO

O capitalismo histórico apresenta diversas fases e desenvolvimentos, mas segundo acredita Arrighi e Braudel, existe uma dinâmica cíclica subjacente a todos esses processos. Já na busca por essa compreensão lógica interna do capitalismo que Braudel (1995) identifica a “flexibilidade” do capital, em sua dinâmica de acumulação, como a característica essencial da expansão e duração do capitalismo histórico. Essa capacidade “ilimitada” do capital de ora estar em forma líquida ora materialmente empregado é a sua essência mesma, a unidade sistêmica fundante do capitalismo.

Permitam-me identificar aquilo que me parece ser um aspecto essencial da história geral do capitalismo: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e de adaptação. Se há, segundo creio, uma certa unidade no capitalismo, da Itália do século XIII até o Ocidente dos dias atuais, é aí, acima de tudo, que essa unidade deve ser situada e observada (BRAUDEL apud ARRIGHI, 1996, p. 4).

Nesse sentido, a *longue durée* do capitalismo histórico – isto é, a sua longa duração até os nossos dias – não se deu através de suas formas concretas em uma trajetória linear, progressiva, que se acentua em uma sequência necessária nas diversas fases em que se pôde encarnar: mercantil, industrial, financeira, respectivamente. Mas a flexibilidade ilimitada e a mutabilidade do capital é que permitiram que esse se “especializasse” em novas atualizações de si mesmo, em diferentes épocas, todas as vezes que se tinha a possibilidade de obter lucros extraordinários nas atividades que se aventurava. Em outras palavras, é possível compreendermos a duração do sistema capitalista histórico (a *longue durée* de Braudel ou *os ciclos sistêmicos de acumulação* de Arrighi) em uma análise do sistema como um todo e não em seus componentes a nível organizacional como, por exemplo, a análise secundária do modo de produção capitalista mercantil, industrial, financeiro. Essa última se constitui como uma análise secundária por não ser causa de si mesma, mas, aqui, por ser efeito ou consequência de uma lógica cíclica subjacente ao próprio sistema capitalista. Seguindo esse caminho – embora muitos outros fiquem à margem – evitamos de encarar, tal qual muitos historiadores o fizeram, a revolução industrial como a fase final do capitalismo. Braudel sempre ressaltou que a “especialização” do capital em capital industrial, em meados do século XIX, não era o desabrochamento final do capitalismo.

O erro seria imaginar o capitalismo como um desenvolvimento por fases em saltos sucessivos: capitalismo mercantil, capitalismo industrial, capitalismo financeiro. [...] O leque mercantil, industrial, bancário, isto é, a coexistência de várias formas de capitalismo, abre-se já em Florença no século XIII, em Amsterdam no século XVII, em Londres já antes do século XVIII. No princípio do século XIX, o maquinismo decerto fez da produção industrial um setor de grande lucro, e o capitalismo aderiu, portanto, maciçamente. Mas não ficará estacionado aí [...]. Por outro lado, a despeito de tudo o que se tem dito do capitalismo liberal e concorrencial dos séculos XIX e XX, o monopólio não perdeu seus direitos (BRAUDEL, 1995, v. 3, p. 577).

Nesse ponto, da formação dos monopólios de cada época, e não nas fases concretas que o capitalismo historicamente se fez, que a análise sistêmica de Wallerstein (1979) pode se apresentar de forma muito mais precisa na busca para encontrar respostas à pergunta sobre a origem e desenvolvimento do capitalismo mundial: onde o capital desimpedido se encontra com o poder do Estado, a verdadeira morada do capitalismo, ressaltado por Arrighi (1996) e Braudel (1995). Na análise de Wallerstein, como uma primeira contribuição, será visto a definição de sistema-mundo capitalista e sua relação entre capital e Estado. Segundo o autor a “**economia-mundo capitalista**” e o “**sistema interestatal**” formaram o “**moderno sistema-mundo**” (ARIENTI & FILOMENO, 2006, p. 105). Nesse sentido, essa abordagem histórica nos permite dizer que a expansão do capitalismo para um sistema mundial (economia-mundo capitalista), que interliga regiões distantes do planeta em uma cadeia mercantil, só foi possível através do capital respaldado pelos Estados nacionais (sistema interestatal), que germinavam em processos concomitantes. Assim, a economia como um signo de unidade mundial e os Estados nacionais modernos – essa nova forma política – são processos que ocorreram imbricados.

O processo de formação dos Estados nacionais na modernidade caracterizou-se, principalmente, pela transição do “**sistema-império**” para o “**moderno sistema-mundo**”, afirma Wallerstein (1979). Os regimes antigos caracterizados como **sistema-império** se constituíam na expansão territorial de seus domínios anexando-os como novas regiões extensas ao estado, preenchido com todo o seu aparato burocrático militar, de modo a estabelecer um regime de apropriação forçada dos excedentes. Todavia, o regime constituinte dos Estados nacionais europeus na modernidade também se caracterizava pela expansão territorialista, mas, apresentava uma nova característica: a de garantir as condições mínimas de monopólio criando cadeias mercantis complexas que extrapolavam suas fronteiras abarcando diferentes sistemas sociais

e culturais sem os dominar, necessariamente, pela presença estatal burocrática. Em outras palavras, o sistema-império pode ser definido como uma expansão territorial sólida (*hard*), enquanto o sistema-mundo – esse neoimperialismo – pode ser compreendido como uma expansão territorial flexível (*light*), uma vez que só se mantinha o mínimo de aparato estatal (burocrático e militar) necessário para garantir minimamente os excedentes dos empreendimentos capitalistas.

Assim, os Estado europeus nacionalistas organizavam e controlavam o trabalho ao nível mundial exercendo domínio, não raras vezes, sobre cadeias produtivas inteiras, controlando preços, financiando expedições e fazendo acordos com elites locais, sempre com o propósito de proteger os seus investimentos e o seu capital, em um verdadeiro **sistema-mundo** (ARIENTI & FILOMENO, 2006, p. 104 - 105). “O que se costuma chamar de mercantilismo, para Wallerstein (1979) foi o resultado da ação de capitalistas locais que usaram estruturas estatais para organizar o comércio de longa distância e, como corolário, formar uma divisão do trabalho entre várias regiões da economia-mundo capitalista em expansão” (ARIENTI & FILOMENO, 2006, p. 107).

Na análise de Wallerstein o **moderno sistema-mundo** é uma economia capitalista a nível mundial combinada com múltiplos Estados nacionais. Dentro desse sistema – quase totalizante – que abarca a tudo em seu guarda-chuva conceitual formal e atinge todos os níveis e esferas da vida, estão os minissistemas culturais e sociais de cada região do nosso planeta. Todo sistema social ou cultural é constituído por elementos complexos como a língua que se fala, a relação de produção material, a religião que se professa ou as vestes de cada estamento. Todavia, segundo Wallerstein (1991), existi dois tipos de sistemas sociais: os **minissistemas** ou o **sistema-mundo**. Os minissistemas estão ao nível tribal em trocas mercadológicas simples e são geralmente marcados por uma única organização política e cultural, fácil de serem identificadas, de modo que foram transpassados, no momento do capitalismo moderno, pela divisão mundial do trabalho que permite unidade a esses processos e estruturas do sistema-social-mundo (ARIENTI & FILOMENO, 2006, p. 103), segundo os interesses dos monopólios ou dos interesses do principal Estado capitalista de cada época.

[...] os minissistemas que existiram até agora foram absorvidos pela expansão de sistemas-mundo. Atualmente, portanto, os únicos sistemas sociais possíveis são os sistemas-mundo. Um **sistema-mundo**, como qualquer sistema social, é definido como uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material desse “mundo”. Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. No caso que interessa, o sistema-mundo capitalista reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas (ARIENTI & FILOMENO, 2006, p. 103).

A unidade do sistema-mundo capitalista, capaz de ditar suas regras e valores a todo o mundo, só foi possível através da co-extensão de uma divisão mundial do trabalho que ultrapassa e abarca todos os minissistemas sociais da vida comum. De fato, a divisão social do trabalho possibilitou a superação da carência dos indivíduos, uma vez que o homem moderno, sozinho, não é capaz de produzir tudo aquilo que se necessita, operou-se então a divisão das funções, abstraindo a categoria do trabalho. É verdade também que o trabalho do indivíduo se torna mais simples pela divisão das atividades produtivas, e, através disso, torna suas habilidades mais abstratas. A partir da divisão dos trabalhos e na medida em que se especificam os meios pelos quais se produz especificam-se as necessidades em graus de complexificação, exigindo cada vez mais a especialização das habilidades. Da mesma forma que se efetiva a divisão dos trabalhos através da multiplicação das necessidades individuais, se torna cada vez mais abstrata a noção de trabalho ao seu

movimento original (a “simplicidade” dos minissistemas sociais). Inevitavelmente, tal divisão mundial do trabalho engendrou a perda do nexos entre aquilo que se produz em uma cadeia mercantil e a real necessidade de quem verdadeiramente trabalha, nessa mesma economia-mundo capitalista.

Na verdade, para Wallerstein, o que já se operava na modernidade do “longo século XVI” era a superação da **divisão social do trabalho**, em um nível de troca recíproca simples, para uma **divisão mundial do trabalho**, segundo as taxas de lucros dos monopólios de cada época e região. A situação de monopólio em algum segmento da cadeia de mercadorias era a maneira mais eficaz de se obter grandes lucros. Esse processo consiste em agregar novas regiões produtivas e consumidoras às cadeias já dominadas por eles, de modo a obter grande parte dos excedentes nessas operações. Para se manter nessa posição privilegiada é necessário rivalizar com outros Estados e interesses, e contar, quase que sempre, com a força diplomática ou militar do seu Estado nacional. E os Estados, por sua vez, para se fazerem prevalecer diante de seus cidadãos e ter mais poder sobre os outros Estados, procuravam garantir e proteger a sua burguesia local (ARIENTI & FILOMENO, 2006, p. 107).

## 2.2 OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO: FASES DE EXPANSÃO E CRISES

A aliança entre capital e Estado se deu hegemonicamente através de estratégias políticas, militares, com inovações e reorganizações do processo produtivo do capitalismo mundial. Nesse sentido, foi através da abordagem sistema-mundo de Wallerstein (1979) e na perspectiva da longa duração de Braudel (1995), que Arrighi (1996) percebeu que, em cada época se estabeleceu ciclos econômicos de acumulação de capital, determinado pelo encontro entre grupos ou blocos de agentes governamentais e empresárias no sistema-mundo. Podemos então compreender, seguindo essa visão sintética de Arrighi (1996), o processo histórico do capitalismo partindo da abordagem sistema-mundo, buscando encontrar as semelhanças e as diferenças entre cada etapa de seu desenvolvimento nesses longos séculos.

O conceito de ciclo sistêmico de acumulação, o qual abarca a ascensão e a queda de hegemonias políticas e econômicas, em intervalos de transição sistêmica, pretende apresentar uma nova maneira de compreender a dinâmica da economia mundial capitalista e o sistema interestatal. Em cada etapa do capitalismo histórico, um determinado Estado hegemônico, com agentes capitalistas, se apresenta na liderança da economia mundial: “o Estado hegemônico lidera o sistema interestatal, e seus agentes capitalistas lideram as principais cadeias de mercadorias, tornam-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo” (ARIENTI & FILOMENO, 2006, p. 109). Esses agentes hegemônicos governamentais e empresariais desenvolvem estratégias a nível global: reorganizam o trabalho mundial, destinam os excedentes às novas atividades de interesse, desenham novas periferias e constituem novos centros hegemônicos na ordem mundial econômica e do sistema interestatal de poder. Assim, os ciclos de acumulação não constituem apenas estágios do capitalismo em desenvolvimento, mas determinam a vida desses agentes.

A investigação percorrida por Arrighi (1996) promete nos oferecer uma análise comparativa dos ciclos sistêmicos de acumulação, numa tentativa de identificar os padrões de evolução em fases de continuidade, que seguem uma via única, alternando fases de mudança ou crises que assinalam períodos de descontinuidade cíclicas. Seguindo essa dinâmica é possível identificar quatro grandes ciclos de acumulação de capital nesses “séculos longos” que chegam até nós: um ciclo genovês, do século XV ao século XVII; um ciclo holandês, que percorrerá até o século XVIII; um britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte-americano, iniciado no fim do século XIX que prossegue até os dias de hoje numa fase preponderantemente de expansão financeira (ARRIGHI, 1996, p. 6). Segundo Arrighi (1996, p. 9), em linhas gerais, cada um desses ciclos é marcado por uma fase de expansão material do capital (DM), segundo a nomenclatura marxista (DMD’), que consiste em fases de mudança e crescimento por uma única via a nível mundial. E fases de expansão financeira (MD’), que consiste em períodos de mudanças

descontínuas, quando uma determinada atividade central ou quando um ciclo está chegando ao seu limite de saturação do excedente e está prestes a se deslocar, em reorganizações profundas do excedente ou do lucro do ciclo atual, para novas vias do sistema. Nesse sentido, cada início de ciclo é marcado por uma fase de expansão material, assinalada, ao fim de cada ciclo, por uma fase de expansão financeira ou liquidez de capital.

A característica principal do capitalismo histórico, aqui assinalado, é a estrutura semelhante que permeia todos esses ciclos. De modo mais detalhado encontramos, na obra de Arrighi (1996, p. 219), a compressão histórica de que todos esses períodos consistem em três momentos distintos: **1) um primeiro momento de expansão financeira**, no qual emerge um novo regime de acumulação de dentro do velho regime, segundo as próprias contradições do sistema. **2) um momento seguinte de estabilidade e duração** do desenvolvimento do novo período de acumulação, no qual os agentes envolvidos nesse processo extraem grandes excedentes, se beneficiando da expansão material de toda a economia mundial. **3) e um segundo período de expansão financeira**, no qual o próprio sistema e o momento anterior de alta lucratividade em pleno desenvolvimento econômico geram suas próprias contradições, criando regimes de concorrência, um dos quais, passa a ser o novo regime dominante (ARRIGHI, 1996, p. 219).

Na fase de expansão material, o capitalista investe seu capital monetário em insumos, tecnologia e inovação da mercadoria ou na ampliação da produção em massa (incluindo a força de trabalho como mercadoria), para que no momento final da consumação desses produtos obtenha um capital monetário maior do que havia no início do processo (DMD'). Nessa fase, reiteradas inovações e novas tecnologias no processo produtivo podem proporcionar uma lucratividade em determinado setor maior do que em outros, ou seja, o capitalista sempre está onde se apresenta uma maior possibilidade de valorização de seu capital. Nessa fase inicial, como acrescenta Arienti & Filomeno (2006, p. 120), os investimentos na produção ou comércio são capazes de garantir ao capitalista a revalorização monetária em altas taxas de lucratividade.

Todavia, durante a fase de expansão material (DM), pouco a pouco, ocorre a disseminação da tecnológica inovadora de determinado processo produtivo entre as empresas e nações rivais, que buscam percorrer o mesmo caminho da acumulação de capital. Também ocorre, cabe recordar, que esse desenvolvimento econômico se aglutina no centro da economia-mundo capitalista, situado nas nações hegemônicas que se beneficiam duplamente, isto é, lucram na fase de expansão material, a qual lideravam, e lucram na venda das tecnologias antigas – em sua maioria obsoletas ao novo regime de acumulação –. Configura-se assim, segundo Arienti & Filomeno (2006, p. 120), uma superacumulação de capital, tanto no comércio quanto na produção e uma diminuição do excedente ou do retorno do capital investido nessas atividades. Arrighi faz referência a esse processo: “Havia um excedente ou um excesso de capital investido, ou buscando oportunidades de inversão, na compra e venda de mercadorias, muito além do nível de investimento que impediria a queda da taxa de lucro” (ARRIGHI, 1996, p. 232).

Após essa fase de duração da expansão material do capital, cujo objetivo era a obtenção do maior lucro possível, segue finalmente a concretização na superacumulação de capital, ou seja, o acúmulo de capital ao seu rendimento é superior ao lucro investido na produção ou no comércio: “É nesse momento que o agente principal dos processos sistêmicos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes, para a intermediação e a especulação financeira” (ARRIGHI, 1996, p. 220). Essa mudança percebida pelos agentes capitalistas faz com que o capital-mercadoria (M) passe a reconverter em capital-dinheiro (D) – uma segunda fase de expansão financeira (DD'). É esse momento que Arrighi chama de “crise sinalizadora” do regime de acumulação dominante.

A fase de expansão financeira sempre indica crises, porque significa que as bases materiais do regime de acumulação de capital e o poder do Estado hegemônico estão esgotadas (ARIENTI & FILOMENO, 2006, p. 121). Essa crise assinala uma “crise sistêmica” mais profunda, que, no entanto, pode eclodir novas formas de lucratividade e de poder em espaços de curta duração, para esses agentes causadores

dela mesma. Contudo, historicamente, afirma Arrighi (1996, p. 220), o fim da fase da expansão material, que, pode até ser acompanhado com esse “momento maravilhoso” de renovação de riquezas e poder entre os agentes do processo, nunca foi capaz de evitar a crise sistêmica. Essa crise final, Arrighi a chama de “crise terminal” do regime de acumulação dominante, considera o autor que ela marca o fim de um longo século que abrangem a ascensão, a plena duração da expansão material e queda dessa hegemonia. É um período de novas reorganizações do cenário mundial, novas formas de governo, novos regimes de acumulação de capital, os quais são lançadas as bases para as soluções da crise financeira e para o início de um novo ciclo sistêmico de acumulação, com transformações de produção, nas formas de hegemonia política, e, principalmente, na dominação e espoliação de novos povos das periferias do mundo.

### 3. OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E O TRÁFICO DE ESCRAVOS NO CONTINENTE AFRICANO

*No mundo ninguém nasce pobre,  
mas todos que nascem encontram a pobreza no mundo*  
(Provérbio africano, Kiangolo)

Até aqui procuramos pavimentar a estrada pela qual devemos percorrer. Estrada essa que para um viajante desapercibido pode ter a *impressão de que ela é fácil, mas se alguém tenta pisá-la vê que ela é árdua como se fosse pavimentada com estacas pontiagudas*<sup>2</sup>, tal como o processo de ocupação territorial, a exploração econômica por meio do tráfico de escravos e o domínio político do continente africano por potências européias, que tiveram início no século XIV. A estrada comum percorrida pelo imperialismo colonial e a “interminável” acumulação de capital pelos ciclos sistêmicos, nesses seiscentos anos de história, é impossível de ser pavimentada sem as sociedades africanas como participantes desse processo, mesmo que se encontrem à margem das largas avenidas do capitalismo.

#### 3.1 As guerras e os ciclos de acumulação do capital: a disputa pelo comércio mais lucrativo

O período de transição entre as hegemonias dominantes, de um ciclo de acumulação para outro, é sempre assinalado pelo enfraquecimento do centro econômico anterior. Os agentes econômicos e políticos regulamentam as finanças da economia mundial numa determinada direção até o enfraquecimento por um agente rival, que, por sua vez, ainda não tinha as condições ou “oportunidades” de superar o concorrente (ARRIGHI, 1996, p. 164). Quase sempre, acrescenta Arrighi mais a frente e em suas conclusões, esses períodos eram resolvidos por guerras ou revoluções violentas, como elementos intrínsecos ao capitalismo: “o alto comando da economia mundial capitalista [e] a capacidade de gestão do Estado e da guerra que, historicamente, tem-se associado à reprodução ampliada de uma camada capitalista sobre a camada capitalista de mercado da economia mundial” (1996, p. 371) nos parecem indissociáveis. Em todos os casos, o fim da fase de expansão financeira (MD<sup>3</sup>) dos ciclos de acumulação foram marcados por períodos de acirramento e disputas violentas (a Guerra dos Trinta Anos, as Guerras Napoleônicas, a Segunda Guerra Mundial), que, sucessivamente, no curso da história, antecederam novos regimes (ARRIGHI, 1996, p.164).

No transcurso violento da história do capitalismo, os genoveses passaram pelo século XV como o grande poder capitalista cosmopolita estabelecendo uma relação orgânica territorial a nível político com os

<sup>2</sup> *Antologia Palatina*, livro VI, 50, Arquimedes – Medéia, (org) Gilbert Murray (Oxford, Clarendon Press, vol.III, 1902).

governantes ibéricos, como a maneira mais eficaz e, talvez, barata de proteger belicamente as suas redes de comércio em expansão pelo império Otomano. De certo modo, a relação entre o capital genovês e a proteção financiada do Estado ibérico propiciou vantagens mutuas: por parte dos governantes ibéricos propiciou a ampliação territorialista das rotas do comércio a nível mundial, e a especialização das atividades e apropriação das práticas mercantis dos genoveses; enquanto que os banqueiros mercantis de Gênova lucraram com a fase de expansão material de seu período, dependente da proteção do maior Estado cosmopolita da época, e lucraram na fase de expansão financeira patrocinando o regime de acumulação subsequente (o ciclo holandês). Contudo, compreende Arrighi (1996, p. 154), que, o grande poder capitalista genovês assinalava a sua maior fragilidade para o moderno sistema mundo: a total inaptidão de gerir o Estado e a Guerra em prol de sua autossuficiência e competitividade pelo uso da força. O mesmo autor acrescenta que, o custo da expansão mercantil genovesa por transpor os limites regionais a se tornar um verdadeiro sistema mundo era acrescido de consideráveis custos de proteção, ou seja, em vez de se tornarem autossuficientes na atividade bélica e na gestão do Estado necessárias para proteger o seu comércio, os genoveses se tornaram superdependentes dos espanhóis. Logo, Gênova ficou com pouco ou sem nenhum controle sobre as direções oferecidas pela Espanha Imperial.

O regime holandês, tal qual o regime anterior, se utilizou do princípio da autossuficiência e do uso da força nas práticas da pilhagem ao ponto de dominarem, estrategicamente, todo o comércio do Mar Báltico. Essa conquista era explorada revertendo lucrativamente as mercadorias na venda para a própria Espanha, – obtidas por meio da prática da pirataria e pelos bloqueios comerciais das rotas mercantis ibéricas –, centralizando toda a operação do Estado holandês em Amsterdam, o novo centro econômico do mundo (ARRIGHI, 1996, p. 155). O reconhecimento da soberania holandesa e o apogeu da fase econômica desse novo ciclo só foram possíveis após uma luta de oitenta anos contra a Espanha imperial, resultando no Tratado de Paz de Westfalia. No entanto, o Tratado de Paz que reconhecia formalmente o poder equilibrado entre os Estados europeus anunciava mudanças e um novo desenho de lutas interestatais ainda mais acirradas, principalmente, entre holandeses e ingleses:

Essa mudança foi anunciada, pouco depois da assinatura dos Tratados de Westfalia, pelas três guerras que os holandeses foram obrigados a travar contra os ingleses, em rápida sucessão. “Os objetivos de todas as três guerras anglo-holandesas”, observou John Brewer (1990, p. 169), “era destruir o comércio e a navegação holandesas.” A primeira guerra anglo-holandesa (1652-1654) foi travada em resposta às Leis de Navegação da Inglaterra, que almejavam transformar as colônias inglesas em uma área de comércio monopolizada por mercadores ingleses, com isso ameaçando os negócios de transporte e armazenagem holandeses. Mas os holandeses perderam a guerra e foram obrigados a reconhecer as Leis de Navegação, ao mesmo tempo em que, segundo as estimativas, perderam 1000 a 1700 navios para os ingleses durante o conflito (ARRIGHI & SILVER, 2001, p. 53).

Esse incontestável desastre naval holandês em sua fase áurea se agravou ainda mais na Segunda Guerra Anglo-holandesa (1665-1667), que nasce pela disputa do tráfico de escravos da África Ocidental. Segundo Arrighi & Silver (2001, p. 53), além de enfraquecer o controle holandês do comércio mais lucrativo do Atlântico Sul, a soberania territorial das Províncias Unidas dos Países Baixos estava ameaçada por Luís XIV da França em aliança com a Grã-Bretanha, cujo objetivo declarado era de limitar o comércio marítimo holandês, isto é, eliminar o monopólio holandês sobre o comércio escravagista no continente africano.

As duas primeiras guerras anglo-holandesas marcam a mudança das lutas interestatais européias pelo poder, nascida no tratado de Westfalia. De modo que, após a República da Holanda vencer a ameaça continental do Império espanhol e se estabelecer como a porta entre o comércio europeu e o mundo, ficou fácil para ela manter exércitos estrangeiros na guerra territorial, enquanto empenhavam seus esforços na disputa marítima contra os ingleses (ARRIGHI & SILVER, 2001, p. 54). Mas, depois da Holanda

estabelecer a sua soberania territorial e se efetivar como a hegemonia comercial do mundo, os outros Estados territoriais buscaram seguir os mesmos caminhos que faziam dos holandeses tão ricos e poderosos. O único problema de seguir esse caminho era que os holandeses haviam monopolizado as principais fases e entrepostos comerciais a nível mundial, principalmente no continente africano. Nesse sentido, “o mercantilismo da Europa seiscentista”, como observou H. H. Rowen (1978, p.48), conforme citado por Arrighi (2001, p. 54), “destinava-se especificamente a superar ‘o sistema mercantilista’ holandês” em torno do comércio mundial, mas especificamente do monopólio do tráfico de escravos do continente africano.

Portanto, as disputas européias pelo poder tiveram como objetivo primordial, imitar ou conquistar, as fontes de riqueza e poder da república holandesa. Foi nesse sentido, como compreendem Arrighi & Silver (2001, p. 55), que a convergência das estratégias inglesas e francesas demonstrou a vulnerabilidade das Províncias Unidas: “a exagerada expansão holandesa [...] reduziu suas forças como potência naval e aumentou enormemente o tamanho da dívida interna do país. O capital holandês começou a optar, cada vez mais maciçamente, pelos investimentos ingleses, com isso mantendo as finanças britânicas com relativa saúde” (BRAUDEL apud ARRIGHI & SILVER, 2001, p.57). De certo, os holandeses continuaram na liderança da economia mundial até o fim da Terceira Guerra Anglo-holandesa (1672 - 1674), quando, impossibilitados de manter a guerra por terra e mar, foram obrigados a decidir o lado que deveriam apoiar: entre o expansionismo marítimo inglês e o expansionismo terrestre francês, que exerciam grande pressão e ameaçavam a soberania territorial das Províncias Unidas dos Países Baixos. Seguindo a dinâmica do novo Estado que já se consumava como a próxima hegemonia e observando a direção da “fuga” de capital dos comerciantes holandeses, acabaram optando pelo lado inglês da história. Essa aliança anglo-holandesa fez da Holanda uma aliada fiel transformada em sócio subalterno à coroa britânica, agora, contra a inimiga comum, a França que se insurgia como a nova potência continental da Europa.

Os britânicos haviam suplantado o poderio naval holandês, contido com sucesso o poderio terrestre francês e instituído no continente um equilíbrio de poder que lhes permitiu dominar os mares e o comércio com o mundo extra-europeu. Pelo tratado [de Utrecht], a Grã-Bretanha conquistou a posse de Gibraltar, Minorca, Port Mahon, Terra Nova e o território da Baía de Hudson, **além do direito que consolidou o controle dos mercados britânicos sobre o lucrativo tráfico de escravos no Atlântico**. E mais, como fora previsto nos Tratados de Methuen, 1703, Portugal abandonou seu aliado francês e se transformou em um protetorado britânico *de facto* (ARRIGHI & SILVER, 2001, p. 57, grifo nosso).

Nesse sentido, parece que a evolução histórica do capitalismo acompanha o acúmulo de capital e o territorialismo como dois elementos capazes de propiciar uma arquitetada síntese: *a supremacia do comércio mundial* (ARRIGHI, 1996, p. 200). Mas o expansionismo inglês também foi direcionado para os oceanos e conseqüentemente para o mundo não europeu, de forma muito mais desimpedido daquele realizado no século XVI. “Desde o início”, segundo Lewis (1960, p. 61-80), conforme citado por Arrighi (1996, p. 190), “a Inglaterra liderara a introdução dos grandes navios de guerra, equipados com armas de fogo, que, por volta de 1500, revolucionaram o poder naval da Europa”. Mas foi na era elisabetana que essa rápida expansão inglesa foi possível, com a ajuda de comerciantes, piratas e corsários ingleses: “assaltaram as rotas marítimas distantes, acumularam uma pilhagem fantástica e atingiram uma superioridade na construção naval e uma perícia marítima que as transformaram nos verdadeiros *vikings*. Manobrando com cautela, Elisabeth desautorizava-as quando surgia a necessidade, enquanto apoiava secretamente seus objetivos” (DEHIO apud ARRIGHI, 1996, p. 191).

As vantagens econômicas da pilhagem das circunavegações do globo, trazidas às cidades portuárias inglesas, permitiram a Elisabeth liquidar toda a dívida externa e investir nas primeiras companhias marítimas inglesas durante o século XVII e XVIII, cujos rendimentos expressivos foram capazes de capitalizar

a Companhia das Índias Orientais e a Real Companhia Africana<sup>3</sup>, essa, de 1660 a 1667, destinada ao monopólio da exploração do tráfico de escravos inglês, no contexto da Segunda Guerra Anglo-holandesa, conflito esse motivado pelo controle do comércio mais lucrativo dos próximos três séculos, o comércio escravagista africano.

### 3.2 O nascimento do comércio mundial e a África

Para compreendermos o capitalismo como fenômeno verdadeiramente global se faz necessário percorrer os labirínticos caminhos do desenvolvimento do comércio mundial, atividade relacionada aos europeus, e a crescente integração da África ao sistema econômico mundial. Todavia, o caminho que a *economia mundial de mercado* percorreu parece emergir do horizonte da vida material mais simples, circunscrita a trocas recíprocas em redes de comunicação, muito antes do capitalismo como sistema mundial. “As comunicações horizontais entre os principais mercados da Eurásia e da África”, segundo Janet Abu-Lughod (1989), conforme citado por Arrighi (1996, p. 11), “já estava instaurado no século XIII”. Como quer que seja, a questão de interesse não é como o capitalismo sobrepujou a vida cotidiana, mas quando e como o capitalismo ergueu-se acima das redes de comércio simples entre os povos em um verdadeiro sistema mundial, especificamente, sobre o comércio africano que parece ter surgido vários milênios antes<sup>4</sup>.

A prática do comércio, desde o início do tempo histórico, já era uma atividade presente entre o continente africano e regiões da Europa e da Ásia, muito antes das grandes navegações européias ancorarem suas embarcações na costa ocidental da África. A maior parte dos povos que habitavam as extensas terras africanas eram organizados em reinos independentes e impérios complexos em sua estrutura cultural, social e política, mas não isolados do mundo externo (VISENTINI, 2014, p. 40). As milenárias rotas de comércio por todo o norte e leste da África, ligando ao comércio do Mediterrâneo e ao comércio do Oriente Próximo, já antecederam em muito a “chegada” no século XV dos povos europeus (venezianos e genoveses) ao lucrativo comércio de especiarias e de metais preciosos. De modo que eram redes comerciais muito antigas e muito mais desenvolvidas e complexas que as européias. Até o advento do comércio de escravos europeus, acrescenta Visentini na mesma página (2014, p. 40), já era uma prática dos árabes transportar escravos negros pela África Subsaariana até os mercados do Mediterrâneo.

O primeiro contato comercial mais intenso, que possibilitou o intercâmbio entre africanos e europeus, se deu logo após os muçulmanos encontrarem ouro nas regiões já dominadas por eles, como o Sudão. Assim, segundo Visentini (2014, p.40), as primeiras fases de aproximação do continente africano e da expansão européia pelo mediterrâneo no século XIV foi devido ao *desenvolvimento do poderio da civilização islâmica* no norte da África. Outro motivo relevante, destaca o autor, foi a necessidade de encontrar rotas alternativas de comércio com o Oriente, produtor de valiosas especiarias, e contornar as rotas terrestres transaarianas de comércio de ouro controlado pelos muçulmanos.

<sup>3</sup> “Como observou John Maynard Keynes, os proventos da pilhagem trazida por Drake no *Gold Hind* (estimado em £600.000) permitiram a Elisabeth liquidar toda a sua dívida externa e, além disso, investir cerca de £42.000 na Companhia do Levante. Foi basicamente dos lucros da Companhia do Levante que veio o capital inicial da Companhia das Índias Orientais, ‘cujos lucros, durante os séculos XVII e XVIII, foram a base principal das ligações exteriores da Inglaterra’ (Keynes, 1930, II, p. 156-7). Estimado um rendimento anual de 6,5% e um reinvestimento de 50% desse lucro, observou Keynes, as £42.000 de 1580 foram suficientes para gerar todo o capital da Companhia das Índias Orientais, da Real Companhia Africana e da Companhia da Baía de Hudson em 1700, e um valor próximo dos £4 bilhões que constituíram todo o montante dos investimentos britânicos no exterior em 1913” (ARRIGHI, 1996, p. 191).

<sup>4</sup> “Os reinos africanos da região se baseavam no controle das minas de ouro, em sua exportação para o norte e no comércio de sal, marfim, óleos vegetais e escravos. Os songhais estavam vinculados a uma segunda rota estabelecida a partir do Saara e que atingia o Mediterrâneo através da Argélia. Uma terceira ligava o Reino de Kanem, no Lago Tchad, à Tripolitânia e, já no século XIX, mais uma foi estabelecida pela irmandade dos senussi, ligando o Reino de Wadai a Benghazi que, como Trípoli, ficavam na atual Líbia. Assim, várias rotas de caravanas ligavam a África Subsaariana ao Mediterrâneo” (VISENTINI, 2014, p. 36).

A Europa Ocidental, no fim do século XIV, sofria com os limites de suas fronteiras e sentia a necessidade de expandir seu território. Sofria com o domínio das principais rotas comerciais controladas pelos muçulmanos presentes no norte da África, por todo o Oriente Próximo e nas regiões do sul da Europa (invasão árabe na Península Ibérica). Além da forte presença árabe, as cidades italianas, em especial Veneza, mantinham o monopólio de algumas importantes rotas comerciais com o Oriente pelo Mediterrâneo, abastecendo o continente europeu com a venda de mercadorias a preço alto. Nesse contexto, nos séculos XIV e XV, além da necessidade dos demais Estados europeus de quebrar o monopólio dos comerciantes italianos era preciso encontrar novas rotas de comércio com o Oriente, uma vez que se acirravam as disputas comerciais pelos principais portos do Mar Mediterrâneo (VISENTINI, 2014, p. 41).

Nesse período, a única alternativa para os europeus seria o norte da África. Contudo, eles não possuíam barcos nem experiência técnica adequada. Mas como explicar o sucesso europeu na vanguarda do sistema comercial mundial? Em que medida, o pioneirismo comercial dos povos africanos, cujo nível técnico e organizacional superava o dos europeus, representou a evolução da África no sistema econômico mundial, ou, pelo contrário, acabou justificando a sua posição de continente subdesenvolvido? “A metamorfose da Europa”, nos responde Braudel (1984, p. 486), citado por Arrighi (1996, p. 11), “no ‘monstruoso modelador da história mundial’ em que ela se transformou depois de 1500 não foi uma simples transição”. O êxito do monstruoso capitalismo colonizador, capaz de “modelar” e nivelar as veredas pelas quais percorria, se deu por uma série de etapas e transições de processos organizacionais e institucionais do capital.

Um primeiro motivo, segundo aponta Visentini (2014, p. 41), após o alargamento do horizonte geográfico através do comércio com povos de regiões distantes, principalmente árabes, permitiu aos europeus uma apropriação tecnológica de instrumentos como o compasso, o astrolábio, a bússola e o conhecimento astronômico que tornou possível novas representações do mundo. Isso ocorreu, em certa medida, graças aos marinheiros e comerciantes italianos que se aventuraram por essas terras longínquas. Mas, coube aos portugueses inaugurar essa fase de expansão marítima europeia, organizada de forma sistemática, a começar pela tomada da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415, pois conseguiram combinar conhecimento e capacidade marítima ao poder capitalista concentrado.

Esse segundo aspecto, que Arrighi (1996, p.11) observa que, está a chave para compreendermos o sucesso dos empreendimentos colonizadores europeus. Esse momento decisivo da história mundial não foi elemento exclusivo do espontaneísmo da iniciativa capitalista europeia, nem de um suposto “Renascimento no fim do século XV”, uma vez que em toda parte, do Egito ao Japão, dentro e fora da Índia, os grupos de comerciantes e banqueiros estavam equivalentes aos mercantilistas europeus<sup>5</sup>, no que se refere aos níveis técnicos e de possibilidade financeira para o comércio. Mas, em parte alguma, com excessão da Europa, houve a fusão entre o poder do capital e o poder do Estado, concentrados em uma poderosa síntese que foi capaz de impelir as nações europeias para a conquista territorial mundial: esse *monstruoso modelador da história mundial*, capaz de moldar todas as estruturas econômicas pré-capitalistas e modelar a vida cotidiana do mundo inteiro.

É preciso destacar ainda que a riqueza que se buscava na modernidade, para os europeus, estava relacionada com a capacidade do Estado em acumular metais preciosos (VISENTINI, 2014, p. 41). Assim, os monarcas dos Estados europeus descobriram os melhores meios para se construir verdadeiros tesouros reais, a partir do acúmulo de ouro e prata. E o expansionismo europeu se desenvolveu num sistema de

---

<sup>5</sup> “Em toda parte, do Egito ao Japão, encontramos autênticos capitalistas, atacadistas, gente que vivia da renda do comércio, cambista e banqueiros. Qualquer desses grupos de mercadores seria comparável a seus equivalentes ocidentais no que diz respeito a técnicas, possibilidades ou formas de caução para trocas. Dentro e fora da Índia, os mercadores de Tamil, Bengala e Gujerat formavam sociedades unidas por vínculos estreitos, com os negócios e contratos passado de um grupo para outro, em movimento, tal como aconteceria, na Europa, dos florentinos para os lucaneses, os genoveses, os alemães do sul ou os ingleses. Houve até, nos tempos medievais, reis mercadores no Cairo, em Aden e nos portos do golfo Pérsico” (BRAUDEL, 1984, p.486).

exploração colonial capaz de gerar acúmulos de capital para as burguesias que detinham o monopólio desse tipo de comércio e para o Estado hegemônico que arrecadava tributos. Respeitando a mesma dinâmica, o tráfico negreiro, fornecedor de mão de obra escrava para as recém descobertas colônias americanas, possibilitou elevados lucros para ambos.

### 3.3 A disputa europeia pelo tráfico de escravos

A expansão portuguesa na África nos séculos XV e XVI mostrou à Europa as verdadeiras potencialidades do continente – como primeiros sulcos abertos na floresta se ramificam em múltiplas trilhas e caminhos – de modo semelhante, houve primeiro a procura de rotas alternativas ligando-as ao comércio asiático, muito mais interessante do que o africano. Nesse período o grande continente africano era um empecilho que deveria ser, nos séculos seguintes, contornado pelas rotas comerciais do Oriente em busca de ouro e de especiarias, como algumas regiões não dispunha de nenhum desses dois elementos, longas faixas de terra da África Ocidental foram ignoradas pelos portugueses, mas outras regiões se mostraram atrativas. Os Oceanos Atlântico Sul e Índico se tornavam, a cada década, em privilegiadas rotas comerciais em uma dura disputa entre as potências navais europeias e entre os avanços árabes pelos omaneses na costa oriental africana (VISENTINI, 2014, p. 43 e 47).

Logo o continente mostrou o seu verdadeiro valor, que, naquele momento, não estava apenas no domínio português do comércio de ouro e marfim explorado na costa ocidental (a chamada Costa do Ouro), ou na costa oriental africana em aliança com o reino cristão da Etiópia, ou no comércio de especiarias orientais, ou, ainda, na possibilidade de expansão do cristianismo. O continente tinha outras potencialidades: era capaz de fornecer escravos para as colônias da América (VISENTINI, 2014, p. 45).

Na Costa dos Escravos (atual Benin), costa ocidental da África, Portugal tinha a sua principal fonte de fornecimento de escravos e tecidos. Em 1485 eles chegam nas ilhas do Golfo da Guiné, local ideal para o reabastecimento dos navios que iam e vinham do Brasil para Portugal<sup>6</sup>. De modo que a incorporação da África Tropical pelos portugueses em um sistema comercial mundial, integrando diversas partes do globo, permitiu que a Europa controlasse o continente por um todo. Assim, a África Ocidental foi espaço de competição intensa entre ingleses, suecos, dinamarqueses e brandemburgueses, que, juntamente com os holandeses, lutavam pela posse do litoral africano. No contexto de acirramento entre os Estados europeus, na primeira década do século XVII, a Companhia Holandesa das Índias Orientais liquidou o poderio português do Oceano Índico. Nos anos de 1637 a 1642, outra companhia, a das Índias Ocidentais, havia tomado as principais feitorias portuguesas da costa ocidental africana (VISENTINI, 2014, 45).

Contudo, as conquistas holandesas no continente africano não eram possíveis de serem reconhecidas soberanamente, pois se acirravam as disputas interestatais na Europa. Nesse sentido, as causas da dominação e controle do comércio africano pelos holandeses eram exógenas ao continente e o propósito de criar as companhias holandesas de comércio estavam nos conflitos travados na Europa seiscentista.<sup>7</sup> A população ao norte dos Países Baixos estava em rebelião contra o seu soberano, o espanhol Filipe II, que, tornara-se também rei de Portugal. Essa União Ibérica (1580-1640) impôs diversas sanções que impediam os Estados europeus de participarem do comércio do Atlântico, principalmente, os holandeses. É justamente

<sup>6</sup> “A área era colonizada por judeus deportados que perceberam o potencial da região para a cultura de plantas tropicais, como a cana-de-açúcar. No entanto, esse cultivo exigia mão de obra em abundância e a oferta era restrita. Por volta de 1570, o número de escravos já havia aumentado e tornou-se difícil controlá-los. Assim, o centro de produção foi transferido para o Brasil, concorrendo à área. São Tomé passou, assim, de centro produtivo para entreposto do tráfico negreiro” (VISENTINI, 2014, p. 44).

<sup>7</sup> Como vimos no item 3.1 relacionando os ciclos sistêmicos de acumulação com as guerras interestatais européias pela disputa do comércio mundial, principalmente, o comércio escravagista (Nota do autor).

nesse contexto de enfrentamento e de tentativa de superação do embargo espanhol que são criadas as companhias holandesas de comércio.

Sem dúvida, a Companhia Holandesa das Índias Orientais e Ocidentais foram pioneiras em inovações no tráfico de escravos com melhores barcos e técnicas mais avançadas do que os portugueses. Nesse sentido, em pouco tempo, os comerciantes holandeses com o apoio governamental de sua marinha nacional chegaram a ser considerados os principais distribuidores de produtos asiáticos que fluíam pelo Império português e espanhol até Amsterdam, e, dessa, abastecendo toda a Europa, além de atingirem o posto de principal fornecedor no comércio de escravos do Atlântico Sul.

Os holandeses passavam pelo século XVII e avançavam no XVIII conseguindo manter o monopólio do comércio de escravos ao norte, na Costa do Ouro e na Costa dos Escravos, apesar de reiterados ataques dos governos mercantilista da Inglaterra e da França que não estavam dispostos a deixar nas mãos dos holandeses o fornecimento de capital e escravos para as colônias da América. Assim, também, no bojo do conflito territorialista na Europa e na medida em que o desenvolvimento da disputa no continente americano em “postos avançados do império” se acirrava, no Nordeste açucareiro no Brasil entre holandeses e portugueses ou nas colônias da América do Norte, também se acirravam as disputas pelo controle do tráfico de escravos do Atlântico Sul e da África Ocidental.

### 3.4 O tráfico de escravos em relação a economia mundo capitalista

As regiões da África Ocidental e Central foram as primeiras a participarem do tráfico de escravos no chamado *comércio de longa distância*. “Evidentemente”, afirma Wallerstein (2010, p.28), “o tráfico foi tanto uma consequência quanto um elemento chave da edificação da economia-mundo capitalista, iniciada aproximadamente em 1450, com a Europa em sua base”. Desde o século XVII, a região do Caribe anexada ao conjunto da econômica mundial, cujas *plantations* de monoculturas da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão exigiam a mão de obra escrava, em amplo sentido, fazia parte da demanda mundial do mercado de escravos africanos. O pleno desenvolvimento no contexto americano dependia cada vez mais da mão de obra dos escravos sequestrados na África Ocidental e Central, transportados através do Atlântico. De modo que o acirramento da concorrência pelo comércio do ouro e de produtos americanos acabou por acirrar, ainda mais, a disputa pelo controle do tráfico de escravos na África Ocidental, principal razão das guerras entre holandeses, franceses e ingleses, que segundo Visentini (2014, p. 48), significaram consequências importantes no contexto mundial entre 1652 e 1713. O resultado desta disputa foi a expulsão dos holandeses como potência do comércio do Atlântico Sul e o início da rivalidade anglo-francesa:

As guerras de 1652-74 romperam o controle holandês sobre o comércio de tabaco, açúcar, peles, escravos e bacalhau, e lançaram as bases do poderio territorial inglês na Índia. O comércio inglês com a China também data desses anos [...] [e a] captura da Jamaica, em 1665, **forneceu a base para o tráfico de escravos em que os comerciantes ingleses iriam enriquecer** (HILL, 1967, p. 123-4 apud ARRIGH, 1996, p. 203, grifo nosso).

A segunda metade do século XVIII foi o período em que importantes companhias comerciais buscaram fazer comércio com a África Ocidental. Segundo Visentini (2014, p. 48), os governos europeus, principalmente os da Suécia, da Dinamarca, e de Brandemburgo (alemães) se juntaram a Inglaterra e a França na disputa e na reprodução do modelo holandês para a criação de companhias nacionais de comércio para o tráfico de escravos<sup>8</sup>. Mas foram os ingleses que ganharam essa disputa e dominaram os principais

<sup>8</sup> “Os franceses que, em 1639, haviam se instalado em uma ilha na foz do Senegal, alcançaram uma posição dominante deste país até a região do Gâmbia. Os rios e as ilhas do sul do Gâmbia eram essencialmente de domínio português, enquanto a costa desde o rio de Serra Leoa até a ilha de Sherbro era espaço das atividades britânicas. Ao sul e ao leste, a Costa da Pimenta (atual Libéria) e a Costa do Marfim atraíam pouco a colonização

entrepósitos da cadeia mercantil mundial, por meio do recurso da força militar suplementado por recursos diplomáticos e políticos com as elites locais. Assim, o império comercial inglês, fruto da “expansão territorialista continental” e do “império de postos avançados” ultramarinos, incorporava a Índia, Austrália, África e América em uma verdadeira economia-mundo capitalista centrada no ciclo sistêmico de acumulação de capital pelo estado e pela burguesia britânica (ARRIGHI, 1996, p. 203).

Aos portugueses, que foram protagonistas nessa empreitada, pouco restou da costa ocidental africana<sup>9</sup>, pois não conseguiam desenvolver ou defender as inúmeras bases que tinham por todo o litoral (VISENTINI, 2014, p. 47). A proteção inglesa dada a Portugal contra os holandeses e o apoio da sua independência da Espanha fez do Império Português um protetorado britânico. Desse modo, a Inglaterra dominou o comércio de escravos diretamente com a África Ocidental Portuguesa e com o Brasil na exportação de ouro e açúcar, esse último, para ser reexportado (ARRIGHI, 1996, p. 203). A curto prazo, ressalta Arrighi (1996, p. 203), o ganho maior dos ingleses foi tomar dos holandeses o chamado tráfico triangular do Atlântico que consistia na relação comercial entre a metrópole europeia e as suas colônias ultramarinas em formato triangular: Europa, África e América (do Norte, do Centro e do Sul), em relação secundária com a Ásia. Esse tipo de organização mercantil logo se transformou na “matriz comercial” da Inglaterra: (1) destinava-se à África os produtos europeus de baixo valor como armas de fogo, rum, tecidos, ferro, com o objetivo de serem trocados por escravos. Na extensão da costa as comunidades africanas estavam muito bem preparadas e organizadas com traficantes africanos de escravos para negociar com os europeus que eram impedidos de adentrar no continente. (2) Os escravos africanos sequestrados pelos próprios traficantes africanos, obviamente, somente aqueles que sobreviviam às condições subumanas dos navios negreiros, eram vendidos pelos ingleses aos donos de minas e plantações na América por produtos como açúcar, tabaco, moedas de ouro e prata. (3) Completava-se o circuito comercial com a venda desses produtos na Europa, embora se fizesse reexportações dessas mercadorias ou das manufaturas inglesas de volta para a própria América e Ásia.

Os escravos africanos, de fato, eram a mola central de toda a economia da Europa, tanto pelo lucro extraordinário dos países europeus negreiros quanto pelos donos das minas e plantações na América que os utilizavam como meio para o enriquecimento fácil. Parece não ser exagero afirmar que, em outras palavras, os lucros dos ciclos sistêmicos de acumulação de capital em suas fases de expansão material e financeira dos abastados comerciantes, banqueiros e governos europeus, até o século XIX, estão intrinsecamente relacionados com o tráfico escravagista de seres humanos negros da África. A prática racionalizada do mercado e de seus mecanismos econômicos fez da manutenção do monopólio do tráfico de escravos africanos, transformados em mercadoria, excedentes extraordinários pelas trocas desiguais no circuito comercial do Atlântico.

Mecanismos econômicos e extra-econômicos são utilizados pelas burguesias e por seus Estados nacionais para distorcer o mercado a seu favor, através da manutenção de relações monopolistas. O capitalismo tem-se utilizado de vários meios para transferir excedente gerado na atividade periférica, onde prevalece uma taxa de lucro baixa, para os capitais monopolistas, onde prevalece uma taxa de lucro extraordinária dada pela troca desigual. Isso significa que os capitalistas utilizam o mercado para fazer a circulação de mercadorias, mas evitam que o mesmo os levem a uma concorrência e a uma troca pelo valor correspondente ao gerado exclusivamente pela sua participação produtiva na cadeia

---

de caráter permanente. A vizinha Costa do Ouro, por outro lado, foi espaço de competição intensa entre ingleses, suecos, dinamarqueses e brandemburgueses, que, juntamente com os holandeses, lutavam pela posse de fortes junto ao mar” (VISENTINI, 2014, p. 49).

<sup>9</sup> Vale recordar que Portugal em 1640 reconquista sua independência da Espanha, expulsa os holandeses do Nordeste açucareiro no Brasil por meio de uma aliança anglo-portuguesa e, como não haviam sido aniquilados por inteiro em Angola, conseguiram reaver as ilhas na Costa da Guiné. O controle do tráfico de escravos foi retomado no Atlântico Sul, apesar dos holandeses manterem o domínio da Costa do Ouro e da Costa dos Escravos, ao norte. Ver Visentini (2014, p. 48).

mercantil. Eles utilizam o mercado para fazer a troca desigual e para absorver o excedente gerado pelo trabalho em outros elos da cadeia de produção de mercadorias (ARIENTI & FILOMENO, 2006, p. 109).

Esse circuito comercial de trocas mercadológicas totalmente desiguais entre o sistema interestatal do mundo econômico capitalista, na atual conjuntura do século XVIII inglês, era integrado pela Real Companhia Africana (criada em 1672), que havia-se tornado a mais poderosa e a mais eficiente de todas as empresas europeias criadas exclusivamente para o tráfico de escravos da África<sup>10</sup>. Assim, o tráfico dinâmico entre os escravos africanos e as manufaturas europeias, principalmente britânicas, foi o grande responsável pela demanda efetiva desses grandes mercados interligados e pelo capital concentrado, exigidos para a decolagem da “Revolução Industrial” britânica, nos afirma Arrighi (1996, p. 203). Mais uma vez, os fabricantes dessa “nova” Inglaterra contavam com o Estado nacional britânico na proteção de seus mercados consumidores e fornecedores de matéria prima e mão-de-obra, importantes elementos que justificaram a ampliação em proporções extraordinárias das redes de comércio britânicas.

Assim como, no fim do século XVI, o controle do abastecimento de grãos e suprimentos navais do Báltico levava o comércio de entrepostos para a Holanda, também no início do século XVIII o controle do abastecimento de tabaco, açúcar, algodão, ouro e, **acima de tudo, dos escravos que produziam a maior parte desses suprimentos**, ajudou a desviar o tráfico de Amsterdam para os entrepostos ingleses (ARRIGHI, 1996, p. 204, grifo nosso).

Dessa forma, segundo afirma Visentini (2014, p.47), desde meados do século XVII até meados do século XIX, quando os europeus se referiam ao “tráfico de escravos” estavam se referindo ao comércio em geral com a África Ocidental, principalmente na costa litorânea do continente. Importante considerar, também, que a presença dos europeus na África litorânea não significava aumento de poder sobre os povos africanos: “ao contrário, se tomado como exemplo o caso da Guiné, os reis africanos e os respectivos povos reagiram ao aumento do comércio externo, como tinham feito alguns reis do Sudão, frente ao aumento do comércio transaariano” (VISENTINI, 2014, p. 47). Entretanto, segundo a dinâmica do capitalismo histórico e a sua *ilimitada capacidade de mudança e de adaptação*, estava prestes a surgir uma nova forma de relação entre europeus e africanos, quando, no século XIX, o tráfico de escravos já não interessava mais para as sociedades industriais e a disputa por novos mercados consumidores e de matéria prima formavam novas sociedades africanas no comércio colonial em inovadoras formas de espoliação e dominação territorial da África e dos africanos.

### 3.5 O impacto do tráfico de escravos para o continente africano

O impacto do tráfico de escravos variou muito no continente africano. Quando se refere ao tráfico de escravos para a América, em sua maior parte, foram levados da Costa Ocidental e Central da África, local onde os europeus haviam se estabelecido de modo mais eficaz (VISENTINI, 2014, p. 50). Visentini aponta que, somente quando o comércio de escravos atingiu seu auge, no fim do século XVIII, e quando as medidas contra o tráfico de escravos tomaram proporções consideradas, no século XIX, que a África Oriental passou a fornecer escravos.

---

<sup>10</sup> “Observa-se um movimento ascendente do tráfico de escravos, entre 1450 e 1800, e um aumento muito sensível em torno de 1650. Em 1750, os efetivos triplicaram em relação a 1650” (WALERSTEIN, 2010, p. 29).

Mas essa não foi a única exportação de escravos provenientes da África. Desde do século IX já havia o fluxo de tráfico de escravos transaariano organizado, que levava os escravos negros em direção ao norte, atravessando o Deserto do Saara pelo Rio Nilo até o Mar Mediterrâneo ou Mar Vermelho. Contudo, em números proporcionais não se compare ao tráfico de escravos do Atlântico Sul.

A exportação de escravos africanos, em certas regiões do continente, não causou a diminuição da população local e, em termos relativos, houve até certo progresso econômico e social. Em outras regiões, a seca, a fome e as doenças eram mais destruidoras do que o tráfico de escravos, ressalva Visentini (2014, p. 50). Contudo, a exploração do tráfico de escravos foi um fator determinante para a história da África, arrasando regiões, destruindo sociedades, gerando guerras e revoluções, principalmente no auge da procura por escravos no fim do século XVIII e início do século XIX. Entretanto, os efeitos do imperialismo europeu no século XIX causaria as maiores feridas ao continente africano.

A presença mais intensiva dos povos europeus na África, principalmente no século XIX, gerou diferentes maneiras de se relacionar com o continente africano em relação aos interesses do capitalismo histórico: primeiro a desimportância do continente africano como empecilho e meio para as rotas alternativas; depois a exploração do ouro, do marfim e do diamante; e, por último, a apropriação da Vida. A primeira preocupação foi de dominar e estabelecer algumas feitorias ao longo do litoral africano movidos pelo objetivo que contornar o imenso continente em direção às rotas comerciais com o Oriente, depois – como sulcos ou trilhas que se abrem em uma floresta virgem – a exploração do ouro, de pedras preciosas e do marfim financiou novas companhias e enriqueceu as monarquias e seus respectivos comerciantes, e, por último, – como espantoso trajeto desimpedido – a apropriação da Vida pelo sequestro de africanos transformados em mercadorias em uma dinâmica racional à serviço do sistema capitalista mundial.

Por fim, é impressionante como, do ponto de vista geográfico, a África tenha uma baixa densidade demográfica e, não obstante a isso, tenha sido capaz de “fornecer” o maior contingente de escravos humanos à humanidade. Nesse contexto, a crescente integração da África ao sistema econômico mundial é considerada como o mais importante acontecimento da história do continente no século XIX (AJAYIP, 2010, p. 3). Todavia, como parece concluir Wallerstein (2010, p. 27), em vez da inserção da África ser considerada como um prenúncio da modernização e integração do continente africano ao sistema capitalista mundial, o século XIX aparece então como o início do período colonial com a Partilha da África (1885)<sup>11</sup> e como a principal causa de seu subdesenvolvimento. Pode-se dizer, a título de conclusão, que o tráfico de escravos africanos circunscreveu à “produto” de mão de obra a serviço da economia-mundo capitalista. E que a grande integração da África ao sistema capitalista mundial, em última análise, não se deu por meio da partilha da África. Mas, pelo contrário, a partilha da África foi consequência das relações dinâmicas do sistema mundo capitalista e sua relação com outras regiões do planeta, em especial, com a Europa.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não, não vou por aí! Só vou por onde  
Me levam meus próprios passos...  
Se ao que busco saber nenhum de vós responde  
Por que me repetis: "vem por aqui!"? [...]*

<sup>11</sup> “[...] os beneficiários trataram de impor dominação no interior e de remodelar geopolítica, social economicamente o continente, transformado em objeto do imperialismo de novo tipo que surgia na Europa. Para isso, usavam os mesmos argumentos de sua instalação no litoral: fim da escravidão, civilização, cristianização e abertura do território para o comércio internacional. Iniciaram-se as guerras de conquista e a dependência econômica do continente às economias industriais das potências europeias” (VISENTINI, 2014, p. 60).

*Não sei por onde vou,  
 Não sei para onde vou  
 Sei que não vou por aí!*

(José Régio – Cântico negro)

O inesperado crescimento econômico da África, na primeira década do século XXI, apresenta-se como um caminho alvissareiro no futuro, embora seja muito longa essa estrada do futuro desejado. Mas *é para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro*. Nesse sentido, buscamos pavimentar e percorrer brevemente os ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo histórico, incorporando conceitos que iluminassem as diferenças nas estruturas concretas do capitalismo na África. O nosso percurso termina por aqui, embora essa estrada parece não ter fim – ou o fim desejado – por todos aqueles que nela transitam.

Quando se decide transitar pela história do capitalismo mundial não se demora a perceber que não há uma estrada reta e exclusiva pela qual se possa percorrer de uma só vez, de modo seguro, sem olhar para trás. Mas logo descobre que há sim caminhos diferentes. De que *a viagem são os viajantes*<sup>12</sup>. Que há uma história narrada pelos agentes que ditam por onde se deve caminhar a economia mundial e uma outra história percorrida pelas multidões daqueles que margeiam os caminhos possíveis. De qualquer modo, inevitavelmente, fomos compelidos a trilhar atalhos que se entrecruzam por caminhos labirínticos formadores do capitalismo histórico. Caminhos diferentes para se percorrer, mas que sempre se destinam ao mesmo itinerário: às avenidas largas, pelas quais escoo o excedente da supremacia do comércio mundial, em direção ao centro do sistema capitalista.

O tráfico de escravos para a América, realizado durante séculos, deve ser compreendido no conjunto da economia-mundo capitalista, em sua capacidade de contornar a concorrência pelas próprias forças do mercado ou, quando é impossível impor o monopólio pelos instrumentos econômicos, como regra geral, utilizar a força militar ou a força diplomática do Estado. “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado” (BRAUDEL apud ARRIGHI, 1996, p. 116). O processo que deu início à modernidade foi justamente a competição interestatal pelo capital circulante. O desenvolvimento dos reiterados ciclos de expansão material do capital só foi possível quando agentes econômicos detinham o poder da economia mundial suficiente para contornar não apenas o poder das disputas interestatais, mas para erguer-se acima delas, controlando o Estado e garantindo, no mínimo, a cooperação entre eles (ARRIGHI, 1996, p. 13). O que valeria dizer que o êxito do capitalismo, nesses últimos seiscentos anos de história, não se deu necessariamente pelas disputas entre os Estados ou por uma suposta “livre concorrência” do comércio. Em outras palavras, foi a justaposição entre aspectos menos relevantes como o de uma “livre concorrência” entre os Estados mercantis e aspectos mais relevantes, sobretudo, a capacidade de concentrar o poder estatal hegemônico e o comércio monopolista cada vez maior sobre a economia no sistema mundial como um todo.

Em suma, esse quadro de disputas mundiais dos últimos dois séculos de expansão europeia incorporava as Américas, África, Ásia e Austrália em um verdadeiro *sistema-mundo* para Wallerstein (1979) estabelecido segundo a *divisão mundial do trabalho* ou, para Braudel (1995), em um *monstruoso modelador da história mundial* permeando todas as esferas culturais e sociais da vida comum, que, por sua vez, segundo Arrighi (1996), era o processo mesmo – como uma via de mão única – do curso desimpedido do capitalismo histórico pelos *ciclos sistêmicos de acumulação* do Estado hegemônico de cada época.

<sup>12</sup> *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*. Vol.II. Fernando Pessoa. (Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1982, p. 387.

## 5. REFERÊNCIAS

- AJAYI, J. F. A. Conclusão: a África as vésperas da conquista europeia. In: AJAYI, J. F. A. (org.). *História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010, (p. 905 - 930).
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.
- ARRIGHI, G; SILVER, B. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v.
- WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México: Siglo Veintiuno, 1979. v. 1.
- WALLERSTEIN, I. A África e a economia-mundo. In: AJAYI, J. F. A. (org.). *História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010, (p. 27 - 46).
- VISENTINE, P. F. *História da África e dos africanos* / Paulo Fagundes Visentine, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, Analúcia Danilevich Pereira. 3. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.